

Jean Marcel Carvalho França

Professor livre-docente do Departamento de História
da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

A Construção do Brasil no Pensamento Europeu dos Séculos XVI, XVII e XVIII

Em 1507, a Europa culta soube, pela boca de um anônimo e em língua italiana, que o navegador português Pedro Álvares Cabral também descobrira terras a oeste, terras situadas mais abaixo, isto é, mais a sul do que aquelas encontradas por Cristóvão Colombo na sua terceira viagem ao Novo Mundo, em 1498. Dizia o anônimo:

A 24 de abril, quarta-feira da oitava de Páscoa, a armada avistou terra, o que causou grande prazer a todos. Decidimos ver que tipo de terra era e descobrimos que o lugar abundava de árvores e que havia muita gente caminhando pela

praia. Lançamos âncora na foz de um pequeno rio. O capitão mandou baixar um batel ao mar e ordenou que se verificasse que tipo de gente era aquela. Os homens da armada notaram que era gente de cor parda – entre o branco e o negro –, de boa compleição e de cabelos compridos, notaram ainda que andavam nus como tinham nascido, sem vergonha alguma. Todos traziam os seus arcos com flechas, aparentando estarem prontos para defender aquele rio. Não havia no batel ninguém que pudesse compreender a sua língua, o que obrigou os homens a retornarem ao capitão.¹

A novidade veio a público na prestigiada coleção *Terras recentemente descobertas e Novo Mundo de Américo Vespúcio, cognominado o Florentino* (Veneza, 1507, folhas 58 a 77, capítulos 63 a 83), em um relato que mais tarde – a partir de 1550 – se tornaria conhecido como a *Relação do piloto anônimo*. O misterioso escrito, segundo revela o próprio organizador da coletânea, Fracanzano Montalbodo, havia sido traduzido de um original em português.² O mesmo *Terras...* trazia, além da relação do anônimo português, mais dois documentos relativos às regiões que Cabral introduzira no mundo europeu: a renomada *Mundo Novo*, de Américo Vespúcio, e a carta que Matteo Crético enviou a Domenico Pizani.³

A *Relação...*, o único testemunho escrito da viagem de Cabral a circular pela Europa do período, retornaria, duas décadas e meia mais tarde, numa outra coleção de viagens, denominada *Novas regiões da terra*,⁴ do teólogo reformista Simon Grynaeus, publicado na Basileia, em 1532. Grynaeus, além da *Relação...*, dava a conhecer, no que tange à terra que, gradativamente, iria se consolidar como *terra do Brasil*, a descrição da viagem de Vicente Pinzon e as incontornáveis cartas de Vespúcio. O relato do “anônimo” ganhou, ainda no século XVI, uma nova edição em italiano, desta vez na coletânea *Navegações e viagens*, de Giovanni Ramusio;⁵ a coleção, cujos três volumes da primeira edição saíram entre 1550 e 1558, ofereceu ao ainda pequeno número de interessados pelo tema

mais dois outros importantes documentos relacionados ao Brasil, o *Relato de um grande capitão francês* – provavelmente escrito por Pierre Crignon –, dando conta da viagem do piloto e poeta de Dieppe, Jean Parmentier, pelas costas brasileiras em 1528, e o *Viagem à Índia de Giovanni de Empoli*, relatando a ida do representante comercial italiano às Índias Orientais, em 1503, na expedição comandada por Afonso e Francisco Albuquerque – a frota fez aguada no litoral brasileiro.

Meses depois de ser editado em Veneza o último dos três volumes da coleção de Ramusio, Andres Kolben publicava, na cidade de Marburg, o *Verdadeira história e descrição de um país habitado por homens selvagens, nus, ferozes e antropófagos, situado no Novo Mundo, denominado América*, de Hans Staden;⁶ relato que, como é sabido, teve boa acolhida na época e foi parar em importantes coleções de viagem. Em França e em Genebra, pela mesma época, começam a circular os primeiros testemunhos da naufragada tentativa de colonização francesa do Novo Mundo: a França Antártica. O primeiro a ser impresso é o *Cópias de algumas cartas sobre a navegação do cavaleiro Villegaignon*, um pequeno opúsculo, publicado na cidade de Paris, em 1557, contendo duas longas cartas do piloto de Villegaignon, Nicolas Barré, relatando a sua navegação entre a Europa e a terra do Brasil e, sobretudo, a instalação dos franceses na baía de Guanabara. O opúsculo, editado por Jean Martin, teve somente mais uma edição em 1558.

Nada que se compare ao estrondoso sucesso do *Singularidades da França Antártica*, livro em que o *guardião de curiosidades* do rei, André Thevet, narrou os seus três meses de permanência no Brasil. Repleto de descrições da exuberante natureza local e da vida dos estranhos ocupantes da terra, os tupinambás, o escrito de Thevet cedo conquistou o público leitor. Já em 1558, em Anvers, uma nova edição francesa saía das prensas, e pouco depois, em 1561, o *Singularidades...* foi traduzido para o italiano e, em 1568, Thomas Hacket verteu-o para a língua inglesa.

Antes que começassem a vir a público as informações relativas à nova tentativa de colonização francesa do Novo Mundo, agora na Flórida, e antes que o pastor Jean de Léry tardiamente resolvesse narrar a sua perspectiva dos acontecimentos da França Antártica, correu por algumas mãos, na França, o *História das coisas memoráveis ocorridas na terra do Brasil*, um opúsculo anônimo, sem local de impressão, com data de 1561. O escrito, que não passou totalmente despercebido, foi reeditado 58 anos mais tarde, em Genebra, pelo calvinista Jean de Crespin, que o incluiu no seu *História dos mártires*. Seria, porém, não em Genebra, mas em La Rochelle, no ano de 1578, que viria a público o maior concorrente e opositor do livro legado pelo cosmógrafo católico André Thevet, o *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, escrito por um empenhado calvinista, Jean de Léry.⁷ O livro, ainda que publica-

do duas décadas depois do naufrágio da França Antártica, foi recebido com críticas de católicos e louvores de protestantes, em um e outro caso, com entusiasmo. Prova disso são as muitas reedições que teve ainda no século XVI: cinco ao todo (1580, 1585, 1594, 1599 e 1600), duas delas na cidade de Genebra; a tradução latina, publicada também em Genebra, saiu em 1586 (reeditada em 1584) e a alemã, em 1596.

Atento, por certo, a tão amplo leque de publicações que circulava então pela Europa, o português Pero de Magalhães de Gândavo, no prólogo ao leitor do seu *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*,⁸ publicado



em 1576, lamentava o pouco caso com que seus conterrâneos vinham tratando a província de Santa Cruz e observava, não sem preocupação, que os estrangeiros tinham a terra “noutra estima” e sabiam suas “particularidades melhor e mais de raiz” que os próprios lusitanos. Preocupava a Gândavo, sobretudo, que os portugueses, “antigos e modernos”, não estimando a “escritura”, deixassem de narrar as “coisas admiráveis” da terra de Santa Cruz, perdendo com isso a possibilidade de “dar nome” às coisas e de “fazê-las imortais”.⁹

A preocupação do letrado não era nem um pouco despropositada. Realmente, até aquela data, 1576, os portugueses pouco ou quase nada tinham escrito e publicado acerca do Novo Mundo, e desse pouco somente uma parcela ínfima alcançara uma dimensão europeia, isto é, quase nada do que deixaram registrado os portugueses colaborou efetivamente para a construção do Brasil no pensamento europeu. As primeiras notícias, vimos há pouco, vieram a público longe de Portugal e em língua italiana, alemã, francesa, latina, nunca em língua portuguesa. Passara já meio século da viagem cabralina, quando, em 1551, o cronista português, natural de Santarém, Fernão Lopes de Castanheda, entregou ao público o primeiro volume do seu *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, dividida em dez livros e publicada em Coimbra entre 1551 (livro I) e agosto de 1561 (livro VIII) – os livros IX e X não vieram a público. Castanheda, que vivera uma década nas Índias Orientais e

escrevera um livro interessado em narrar a presença portuguesa na região, menciona somente de passagem a terra descoberta por Cabral, dedicando-lhe não mais do que dois ou três parágrafos, arrematados com a seguinte sentença: “Por essa terra ser agora a que se chama Brasil – que é de todos bem sabida –, não digo dela mais”.¹⁰ O pouco que disse Castanheda, no entanto, circulou por toda a Europa letrada, já que o primeiro volume do seu *História dos descobrimentos...* foi traduzido para o francês (1553), o espanhol (1554), o italiano (1578) e o inglês (1582), tendo desfrutado de grande prestígio entre os leitores não portugueses, maior até do que entre os leitores de Portugal, onde a obra só foi reeditada integralmente em 1833.¹¹

Mais pródigo em informações sobre a nova terra e mais bem quisto em seu país foi o cronista e donatário João de Barros, que, no livro V (1553) das suas *Décadas*, publicadas entre 1552 e 1615 – o último livro foi lançado na cidade de Madri –, dedicou um punhado de páginas a narrar o descobrimento da província de Santa Cruz – “que soa melhor, entre prudentes, do que Brasil” –, narração sucinta, em meio à qual o cronista, desculpando-se com o leitor por oferecer-lhe tão pouco, prometia-lhe: “E porque, na quarta parte da escritura da nossa conquista, a qual, como no princípio dissemos, se chama ‘Santa Cruz’, e o princípio dela começa nesse descobrimento, lá fazemos mais particular menção dessa chegada de Pedro Álvares e assim do sítio e coisas da terra”.¹²

As promessas de Barros, porém, caíram no vazio, e o anunciado volume sobre a *província de Santa Cruz* nunca veio a público. A bem da verdade, nem mesmo o pouco que ganhou as prensas, contido no citado livro V, teve muita repercussão. As *Décadas* não foram reeditadas na época e não receberam da Europa culta a mesma acolhida da *História...*, de Castanheda. O livro de Barros foi traduzido somente para o italiano, em 1562.

Pouca repercussão, igualmente, tiveram duas obras editadas entre 1551 e 1555, contendo informações sobre a terra do Brasil enviadas por missionários. A primeira, *Cópias de umas cartas enviadas do Brasil*, editada em língua espanhola na cidade de Coimbra, em 1551, continha uma série de cartas dos jesuítas recém-enviados ao Brasil (1549) – Manuel da Nóbrega, Antônio Pires, Afonso Brás, João de Azpicueta Navarro e Leonardo Nunes. Tais cartas, as primeiras remetidas da América pelos membros da Companhia de Jesus, reapareceram em italiano, numa obra publicada em Roma, em 1552, intitulada *Particularidades das Índias de Portugal*. Em 1555, foi a vez do *Cópia de umas cartas de alguns padres e irmãos da Companhia de Jesus*, livro publicado também em Coimbra e também em espanhol, que trazia cartas enviadas pelos discípulos de Loyola, baseados em Goa e Malaca, e as cartas de Pedro Correia, José Anchieta e João de Azpicueta Navarro enviadas do Brasil.¹⁵ Ambas as compilações tiveram circulação bastante restrita, nada que possa

ser comparado ao sucesso alcançado por coletâneas como *Cartas do Japão, Peru e Brasil enviadas ao reverendo padre geral da Companhia de Jesus*¹⁴ – editada em Roma, em francês e italiano, no ano de 1578 –, livros com maior tiragem e muito melhor distribuição na Europa. Incomparável, do mesmo modo, com a propagação que tiveram as cartas jesuíticas do Brasil vinculadas em grandes compilações de cartas dos missionários da Companhia, como a famosa *História das coisas memoráveis*, publicada entre 1604 e 1608, em Bordeaux, pelo padre jesuíta Pierre du Jarric, ou em renomadas coletâneas gerais de viagem, como *As peregrinações de Purchas, contendo uma história do mundo em viagens marítimas e terrestres, feitas por ingleses e outros* (1625), organizada por Samuel Purchas, que trouxe ao conhecimento do público o detalhado *Tratado do Brasil*, mais tarde atribuído ao jesuíta Fernão Cardim.

Mas voltemos às publicações em língua portuguesa. Ao longo da década de 1560, foram lançadas no reino pelo menos mais duas obras com menções significativas ao Brasil. A primeira delas, o *Tratado dos descobrimentos*, de Antônio Galvão,¹⁵ saiu, em 1563, da oficina de João da Barreira. A obra, que não circulou para além do território português e foi reeditada somente em 1731 continha um pequeno trecho dando notícia da viagem de Cabral e de uma viagem exploratória da costa brasileira em 1501, da qual participara Vespúcio. A segunda, *Crônica do felicíssimo rei d. Ma-*

nuel, escrita pelo cronista Damião de Góis, veio a público na capital Lisboa, em 1566, pela casa editorial de Francisco Correia. Para além das incontornáveis referências à viagem de Cabral, a obra ofereceu ao diminuto público leitor português a mais detalhada descrição dos nativos do Brasil publicada em Portugal no século XVI.¹⁶ A obra de Góis, no entanto, ainda que reeditada em 1619, 1749 e 1790, não foi traduzida em nenhuma língua europeia e, conseqüentemente, não cumpriu um papel lá muito relevante na divulgação pela Europa de notícias sobre o Brasil.

Mais sorte neste quesito teve o português radicado na Espanha Jerônimo Osório, cuja *Gesta do rei d. Manuel* (1571), publicada em Roma, em língua latina, foi reeditada várias vezes e traduzida para o francês (1581), o holandês (1661) e o inglês (1752), gozando de relativo prestígio entre os sábios da época. Porém, a *Gesta...*, tal como a *Relação do piloto anônimo*, saiu na Itália e foi vertida para o português somente no início do século XIX, notadamente em 1804, por frei Manoel do Nascimento (Felinto Elísio).¹⁷

Em 1576, quando circulava já pela Europa um volume nada desprezível de escritos sobre o Novo Mundo, finalmente veio à luz o primeiro livro português totalmente dedicado ao Brasil: o citado *História da província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães Gândavo, livro impresso em Lisboa, na oficina de Antônio Gonçalves. O pioneirismo do empreendimento não passou despercebido ao bracarense Gândavo,

que, ao apresentar o seu livro ao leitor, comenta:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história e sair com ela à luz foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta província foi descoberta. A qual história creio que esteve sepultada em tanto silêncio mais pelo pouco caso que os portugueses sempre fizeram da mesma província, que por faltarem em Portugal pessoas de engenho e curiosas que com melhor estilo e mais copiosamente que eu a escrevessem.¹⁸

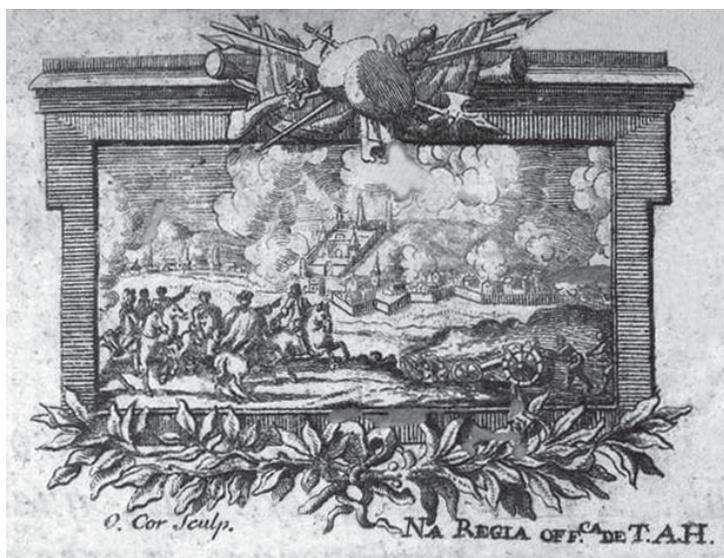
Estima-se que a edição inaugural da pioneira obra de Gândavo, que supostamente vivera seis anos no Brasil, tenha sido de mais ou menos quinhentos exemplares, um número razoável num Portugal que estava habituado a tirar, em média, cem exemplares de cada um dos poucos livros impressos no país. Malgrado, porém, o bom começo, a obra parece ter enfrentado problemas com a censura e foi retirada de circulação. Daí – cogita-se – ela nunca ter sido reeditada e permanecido desconhecida do público europeu até o século XIX.¹⁹

Tamanho “laconismo” lusitano acerca do Brasil, uma constante durante o primeiro século que se seguiu à viagem de Cabral, não abrandou com o tempo. Ao contrário, ao longo do Seiscentos e do Setecentos, Portugal notabilizou-se muito mais pelo que deixou de publicar e traduzir sobre suas possessões americanas do que pelas

contribuições que deu ao lento processo de construção do Brasil pelo Velho Mundo. Os lusitanos, durante tão extenso período, não publicaram uma única narrativa sobre o país que tenha ultrapassado os limites do pequeno reino e conquistado o público europeu – público ávido por escritos do gênero. Das grandes coleções de viagem, nenhuma saiu das prensas portuguesas ou ganhou uma tradução na língua de Camões. Nem mesmo a vasta correspondência jesuíta produzida nos trópicos conheceu edições em língua portuguesa. As poucas cartas que caíram no conhecimento do público europeu foram, já referimos, publicadas em algumas das muitas coletâneas de cartas jesuíticas ou de relatos de viagem publicados na Itália, na França, na Inglaterra, na Alemanha e, em muito menor escala, na Espanha.²⁰

As consequências de tão pouco apreço dos lusos pela “escritura”, como lamentava Gândavo, pesaram enormemente também

sobre a minguada produção escrita da colônia. Do pouco que se escreveu em terras brasileiras, terras desprovidas ou carentes de prensas, de instrução, de bibliotecas, de livros, de leitores, em suma, de tudo o que se relaciona à cultura escrita, uma parcela diminuta saiu impressa na época. Dependentes dos censores e impressores portugueses, obras como o *Tratado descritivo do Brasil* (1587), de Gabriel Soares, o *Diálogos das grandezas e riquezas do Brasil* (1618), de Ambrósio Brandão, a *História do Brasil* (1627), de frei Vicente de Salvador, o *Desagravos do Brasil e glória de Pernambuco* (1757), do jesuíta Domingos de Loreto Couto, a *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, de Luís dos Santos Vilhena, e umas tantas outras vieram a público somente ao longo dos séculos XIX e XX. Das poucas que então foram publicadas, como a *História da América portuguesa* (1730), de Sebastião Rocha Pita, o *Exame de artilheiros* (1744), do engenheiro José Fernandes Alpoim, ou



Detalhe da folha de rosto de *Exame de artilheiros...* de José Fernandes Pinto Alpoim, 1744

o *Novo orbe seráfico* (1751 – 1ª parte), do frei Jaboatão, nenhuma conheceu grande circulação – no reino ou fora dele – ou foi traduzida para outra língua europeia, permanecendo, ao que tudo indica, praticamente desconhecidas do público leitor não português.²¹

Diante de tal quadro, não é de se estranhar que o tenente da marinha inglesa Watkin Trench, no seu *Relato de uma expedição a Botany Bay*, publicado em Londres, em 1789, tenha julgado prudente, ao iniciar um pequeno capítulo relativo ao Brasil – nomeadamente ao Rio de Janeiro, parada então muitíssimo frequentada pelos navios que se dirigiam ou para o cabo da Boa Esperança ou para o estreito de Magalhães –, advertir o seu leitor: “o Brasil é um território muito mal conhecido na Europa. Os portugueses, por razões políticas, não divulgam quase nenhuma informação sobre essa sua colônia. Daí as descrições vinculadas nas publicações geográficas inglesas serem, estou certo, terrivelmente errôneas e imperfeitas”.²²

Trench, justiça lhe seja feita, tinha razões de sobra para reclamar dos lusitanos. Os portugueses, menos ainda do que os espanhóis, realmente não tinham, até aquela data, se empenhado muito em produzir informações sobre sua vasta colônia nos trópicos, nem mesmo, como vimos, informações destinadas ao consumo interno, destinadas a auxiliar o processo de exploração e colonização da terra. Portugal não se mostrou, tampouco, interessado nas notícias produzidas por outros acer-

ca de suas possessões espalhadas pelo mundo ou acerca das possessões alheias, espanholas, por exemplo. Tal desinteresse – que diferentemente do “mutismo” português, não encontra justificativa na tal “política do sigilo” – fica patente quando se atenta para o fato de que os portugueses praticamente não traduziram, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, nenhuma das muitas narrativas de viagem consagradas que circulavam pela Europa. Em Portugal, país de poucos letrados, pelo menos até o século XIX, os leitores não familiarizados com outra língua ou impossibilitados de adquirir um livro importado – vendido por diversos representantes das grandes casas editoriais europeias, alguns deles instalados em Lisboa e no Porto – não tiveram acesso, por exemplo, às narrativas de Walter Raleigh, de Jean Mocquet, de François Pyrard de Laval, de Oliver van Noort, de William Dampier, de Frézier, de Bougainville ou de La Condamine, para ficarmos com alguns poucos nomes. O pequeno reino ibérico, em suma, parece não somente ter deixado de contribuir para engrossar a onda de relatos de viagem que invadia a Europa, como, ainda, ter permanecido imune aos impactos de tal invasão, imune às tantas e tão grandes inovações que os livros do gênero trouxeram para a cultura europeia.²³

A despeito de tantos empecilhos, no entanto, o Brasil, como o resto do Novo Mundo, também andou pelas bocas mais e menos cultas da Europa, também suscitou considerações filosóficas, serviu de cenário

para romances e dramas, inspirou poetas, pintores e cartógrafos, enfim, frequentou, com uma certa assiduidade, o pensamento Europeu. Os contornos que ganhou aí, torno a repetir, pouco ou quase nada foram devedores daquilo que sobre ele se escreveu em língua portuguesa. De qualquer modo, as notícias sobre a próspera e extensa colônia lusitana situada abaixo da linha do Equador circularam, foram repetidas, naturalizaram-se e criaram para os habitantes do Velho Mundo uma série de imagens, conceitos e expectativas acerca do lugar e de sua gente.

Os agentes principais deste verdadeiro processo de construção do Brasil pelo europeu foram, sem sombra de dúvidas, os viajantes, sobretudo aqueles que, ansiosos para “ilustrar os seus compatriotas”, mas igualmente para caírem na estima do público, resolveram escrever e publicar as suas impressões de viagem. Mas quem eram, afinal, esses “construtores” do Brasil na Europa? Em que condições e com que intuito passaram pelo país? Que parte dele tiveram diante dos olhos? Quando e onde publicaram seus livros? Que alcance tiveram os seus escritos? Em linhas muitos gerais, entre 1500 e 1808, vieram ao Brasil, registraram as suas impressões e publicaram os seus relatos cerca de uma centena de visitantes, dos quais 11 passaram pela região no século XVI, 33 no século XVII, 45 no século XVIII e 11 nos oito primeiros anos do século XIX. Nota-se, pois, que, desde Américo Vespúcio, para tomarmos o navegador

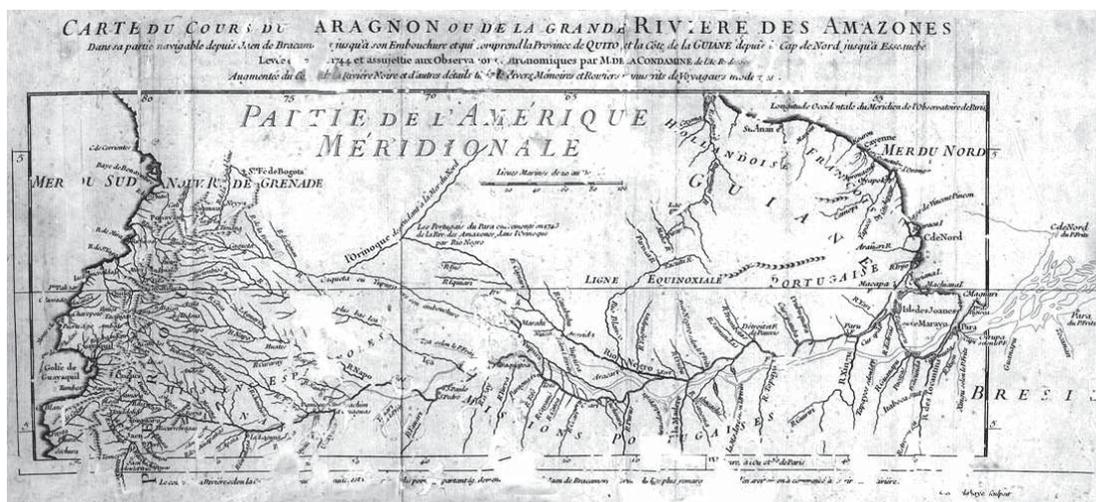
que primeiro publicou sobre o ainda desconhecido pedaço de terra situado a sul das ilhas visitadas por Colombo, o número de visitantes-escritores que passaram pelo país veio num crescendo, com um salto realmente expressivo do século XVI para o XVII, seguindo uma tendência extensiva a todo o Novo Mundo.

No tocante à proveniência, 42 dos tais viajantes-escritores eram ingleses, 28 franceses, oito holandeses, dez germânicos, quatro espanhóis, cinco italianos, dois russos e um sueco. Os visitantes holandeses estão concentrados no século XVII – século em que buscaram conhecer e, posteriormente, se estabeleceram no Nordeste brasileiro –, havendo somente um testemunho do século XVI, mas publicado no século seguinte, e nenhum do século XVIII e início do XIX. Quanto aos italianos, salvo Vespúcio, visitante da primeira hora do século XVI, todos os demais são do século XVII – quatro capuchinhos a caminho do Congo. Dos poucos espanhóis que deixaram registrada a sua passagem pelo Brasil e publicaram tal registro – não mais do que quatro navegadores, o que reflete o pouco prestígio que as narrativas de viagem tinham na Península Ibérica –, só um deles, Pero Sarmiento de Gamboa, andou pelo Brasil no século XVI, mas sua narrativa veio a público no século XVIII, em 1768 precisamente; os três demais visitantes são todos do século XVII, sendo que aquele que mais páginas de seu relato dedicou ao Brasil, Francisco Coreal, parece ter sido inventado por um criativo editor

holandês de narrativas de viagem. Os viajantes alemães, ainda que sejam poucos e sempre alojados em naus alheias, estão bem distribuídos; dos dez que registraram suas impressões do Brasil, dois passaram pelo país no século XVI, três no século XVII, quatro no século XVIII e somente um nos primeiros oito anos do século XIX. Os 28 franceses também estão bem distribuídos: são três visitantes no século XVI, todos ligados à aventura da França Antártica, dez no século XVII – quase metade deles vinculados a outra experiência colonizadora francesa na América Meridional, a França Equinocial –, 14 no século XVIII (metade de todos os visitantes franceses) e somente um nos anos iniciais do século XIX. Os britânicos são, de longe, os mais bem representados: dos 42 súditos da coroa inglesa, cinco desembarcaram no Brasil ao longo do século XVI, oito ao longo do século XVII, vinte no século XVIII e nove entre 1800 e 1808 – número nada desprezível em se tratando de tão exíguo período de tempo.

Mas pormenorizemos um pouco mais o perfil dos viajantes-escritores. Temos, entre a centena deles que mencionei, um cartógrafo, um intérprete, um abade francês, René Courte de la Blanchardière, um astrônomo também francês, Louis de la Caille, sete aventureiros, isto é, indivíduos de vida incerta e nômade que não estavam ligados à vida de marinheiro, como Flecknoe, Coreal, Barrington, Semple Lisle e Hardy Vaux, ou “turistas acidentais” que o acaso trouxe ao Brasil, como o poeta Evariste Parny e a “jovem esposa” Jemima Kindersley. Missionários capuchinhos foram nove, a maior parte deles ou pertencentes à experiência da França Equinocial, ou italianos a caminho da Missão do Congo, na costa da África. Ainda ligados à religião, católica ou reformada, temos um capelão, três missionários e dois pastores protestantes.

Médicos e cirurgiões foram quatro, o mais importante deles, John White, fundou o primeiro hospital australiano; um outro, Gabriel Dellon, caiu nas garras da Inquisi-



Mapa do curso do rio Maranhão ou do grande rio do Amazonas. La Condamine, 1745

ção de Goa e livrou-se delas somente em Lisboa. Indivíduos exclusivamente ligados ao comércio, sem vínculos com a marinha de guerra de suas respectivas nações, foram seis, entre os quais se encontram um traficante de escravos francês anônimo, representante da *Companhia do Assiento*, um “empreendedor” francês que, cansado dos poucos lucros do comércio nos mares do Sul, resolveu tentar a sorte na China, Le Gentil La Barbinais, e Thomas Lindley, o traficante de pau-brasil que acabou “retido” pelas autoridades brasileiras, em Salvador, no início do século XIX.

Engenheiros foram somente dois, ambos interessados em portos e fortificações. Um deles, Frézier, autor de um *best-seller* sobre os mares do Sul. Os naturalistas estão bem melhor representados: oito ao todo. Todavia, agrupei sobre tal categoria indivíduos com interesses e ocupações variados: La Condamine, que viajava em missão científica, mas não era propriamente um naturalista; James Forbes, que vivia como escrivão, mas era naturalista amador nas horas vagas; ou ainda Wilhelm Piso, Daniel Solander e Joseph Banks, homens realmente dedicados à então denominada história natural. Marinheiros, isto é, homens da marinha que não ocupavam o cargo de capitão – tenentes, cabos, pilotos e, mesmo, simples marujos – foram 13, entre os quais três líderes de amotinados, John Young, John Cummins e John Bulkeley, dois piratas, John Jane e Antony Knivet, um empregado de navio mercante inglês, Edward Barlow, um res-

peitável tenente a caminho da Austrália, Watkin Tench, e um outro tenente, o conde Thomas O’Neil, que escoltava d. João VI quando da transmigração da corte para o Brasil. Militares são 11, a maior parte deles mercenários – alemães sobretudo – contratados pelos exércitos holandeses instalados no Nordeste brasileiro ou pela coroa britânica para lutar no Oriente. Há, ainda, aqueles franceses e ingleses que se encaminhavam para a Índia, onde os seus países digladiavam pelo controle da costa do Coromandel.

Os navegadores, isto é, os capitães de navio ou de frotas, são o grupo predominante: 28 visitantes subsumem nesta categoria. Nada a se estranhar. Os capitães de navio, desde muito cedo, estavam, de certo modo, obrigados a tomar notas de suas perambulações, obrigação tanto mais incontornável na medida em que tais homens geralmente dominavam a escrita e podiam redigir de próprio punho as suas narrativas, prescindindo de intermediários. Pertencem a tal categoria homens que deixaram narrativas célebres com menções ao Brasil, verdadeiros *best-sellers* do seu tempo, como William Dampier, Wood Rogers, Duguay-Trouin, George Anson, Bougainville e Arthur Phillip. Legaram ainda, narrativas com menções ao Brasil um criado de embaixador, Samuel Holmes, e um substituto de embaixador, sir George Staunton.

Deixemos, porém, por hora, a companhia destes visitantes e passemos os olhos pelos lugares que visitaram no Brasil. De saída,

é imprescindível salientar que, dos cem visitantes que mencionei, excetuando três que andaram pela Amazônia, os outros 97 passaram por lugares situados na costa brasileira. Há quatro deles que dizem ter passado também por lugares situados no interior do país. O primeiro, Anthony Knivet, capturado praticando pirataria no litoral paulista, viveu como escravo no Brasil e conheceu razoavelmente o interior da província do Rio de Janeiro; Ulrich Schmidel passou rapidamente por Piratininga; Coreal também diz ter visitado São Paulo de Piratininga, mas não se sabe, ao certo, nem mesmo se este visitante existiu; John Mawe visitou São Paulo e Minas Gerais, mas o inglês por lá passou em pleno 1807, quando o país começava a se abrir para os estrangeiros, sobretudo para os ingleses.

Destarte, pode-se dizer que as cidades do litoral, ou melhor, que uma meia dúzia de cidades e vilas do litoral brasileiro constituíram o destino da quase totalidade dos visitantes. O lugar mais visitado foi, de longe, o Rio de Janeiro: 44 indivíduos da centena listada. A cidade, sobretudo ao longo do século XVIII, tornou-se um ponto de arribada quase obrigatório para os navios que se dirigiam – ou retornavam – para o cabo da Boa Esperança e, não raras vezes, para o estreito de Magalhães. Olinda e Recife seguem bastante atrás: são 14 visitantes, a maior parte deles envolvidos com o Brasil holandês e, conseqüentemente, concentrados no século XVII. A bem da verdade, não há um único relato do século XVIII dedicado

a Pernambuco. Salvador vem logo atrás: são 13 visitas, a maior parte das quais também concentradas no século XVII, ainda que não exclusivamente. Os baianos receberam três visitantes no século XVIII e três no século XIX. Os catarinenses receberam dez dos cem visitantes, todos entre o início do século XVIII e o início do século XIX. O Rio Grande, no extremo sul, vem bem atrás, com somente quatro visitantes, todos também no século XVIII; um a menos do que a cidade de Santos, que recebeu cinco visitas, quatro delas no século XVI – três piratas da frota de Cavendish e o soldado e aventureiro Ulrich Schmidel. O Maranhão contabiliza quatro visitas, todas dos padres capuchinhos da França Equinocial. A pequenina Angra dos Reis recebeu dois visitantes-escritores, o mesmo número que a Ilha Grande e um a mais do que São Sebastião, descrita por apenas um visitante.

A grande maioria desses visitantes passou por somente uma cidade da costa brasileira. Dos cem listados, 81 estão nesta situação, outros 17 passaram por dois pontos da costa e dois deles – um dos quais o suspeito Francisco Coreal – por três. No que diz respeito ao tempo de permanência, as visitas rápidas, de até quatro meses, predominam; são 69 casos. De fato, as visitas de 12 meses ou mais, vinte delas ao todo, não constituem propriamente “visitas”. Encontram-se nesta categoria, sobretudo, soldados, comerciantes, sábios e pastores envolvidos nas invasões holandesas no Nordeste e colonizadores

franceses da França Equinocial. Afora esses grupos, restam, no século XVI, o aventureiro Hans Staden, capturado pelos índios em Bertioga, Sarmiento e Gamboa, cuja embarcação demorou meses para ser consertada no Rio de Janeiro, e o pirata inglês Antony Knivet, que caiu prisioneiro dos portugueses próximo a São Sebastião.

Depois deles, já no século XVII, o holandês Ruiters, capturado em Angra dos Reis, cumpriu pena no Rio de Janeiro por um bom tempo; o capuchinho da Missão do Congo, Antonio Cavazzi, ficou retido, sem “carona”, em Pernambuco por pouco mais de 12 meses; Martin de Nantes por dois anos andou pela região do rio São Francisco e, quase na virada do século, o misterioso Francisco Coreal supostamente vagou mais de sessenta meses por várias regiões do Brasil. O século XVIII não traz nenhum caso, mas, no início do XIX, deparamos com outro prisioneiro, o contrabandista de pau-brasil Thomas Lindley, detido na Bahia por 12 meses, e com o comerciante John Mawe, visitante tardio e um dos primeiros, “quicã” o primeiro, a desfrutar da tolerância com o visitante estrangeiro, que caracterizará o período joanino.

Passemos agora os olhos pelas obras publicadas por estes cem visitantes. No tocante às línguas, 45 vieram a público originalmente em inglês, 29 em francês, oito em alemão, oito em holandês, quatro em italiano, três em espanhol, duas em russo e uma em latim – a narrativa de Vespúcio.

Em relação ao século de publicação, são somente sete relatos no século XVI, na

medida em que quatro dos visitantes quinhentistas tiveram suas narrativas publicadas ou no século XVII ou no XVIII. A partir do século XVII, quando o movimento marítimo no Atlântico e o interesse pelo Novo Mundo estavam em processo de acelerada consolidação, o volume de relatos aumenta substantivamente; tendência que irá, como sabemos, se acentuar ao longo do século XVIII.

Tais obras, entre edições e reedições, vieram à luz não menos do que 272 vezes entre os séculos XVI e início do XIX. A metade delas, número bastante expressivo, veio a público uma única vez. Um pouco, ao contrário, as assinadas por Américo Vespúcio, Duguay-Trouin, George Anson e Gabriel Dellon, tiveram mais de 12 edições, mas constituem exceções.

Traduções foram 110, sendo que quase metade das obras não suscitou interesse de nenhum editor estrangeiro. Predominam as traduções para o francês, o inglês, o alemão e, em menor número, as traduções para o holandês.

Em termos gerais, considerando que tratamos de um período de três séculos, são poucas as narrativas referentes ao Brasil, nada que se compare ao montante que se escreveu sobre a América do Norte, sobre a Índia, sobre as terras austrais ou mesmo sobre a América espanhola. Há, no entanto, de se considerar que tais relatos contaram, no que tange à circulação do seu conteúdo referente ao Brasil, com o auxílio das grandes coletâneas de viagem, dos inúmeros atlas então disponíveis, de uma

ou outra referência na obra de um sábio ou de um escritor de “viagens imaginárias”, em resumo, contou com todo o aparato de divulgação que então cercava um gênero com um excelente apelo público.

Malgrado tais auxílios, não seria precipitado asseverar que uma parte considerável do que os europeus conheceram acerca do Brasil proveio, em larga medida, de umas duas dezenas de relatos mais conhecidos. Há de se levar em conta, também, que os relatos sobre o Brasil, não obstante a variada proveniência geográfica, social e cultural de seus autores, seguiram o padrão do gênero e não se destacaram pela originalidade. A bem da verdade, no que diz respeito ao mundo que os colonos estavam criando nos trópicos, as descrições primam pela mesmice, primam pela repetição dos mesmos temas, dos mesmos objetos e abordagens. Para mais, como constatamos, as cidades descritas foram poucas, as notícias sobre o país que circulavam no Velho Mundo eram exíguas e, não raro, o viajante-escritor era conhecedor daquelas notas mais famosas sobre o lugar, deixadas pelos colegas que o precederam.

Daí não ser de todo exagerado afirmar que, durante os três séculos compreendidos entre a viagem de Vespúcio e o desembarque de d. João VI, dispomos de uma espécie de longa e repetitiva narrativa sobre o Brasil, narrativa que nem mesmo no limiar do século XIX inovou nos seus temas e formas ou adquiriu tons de “descrição científica”. A única variação substantiva

que se detecta neste “longo e grande texto” aloja-se na passagem do século XVI para o século XVII, quando o índio e seu mundo, personagens principais dos relatos quinhentistas e mesmo de uns poucos escritos no alvorecer do Seiscentos, passam à condição de figurantes, cedendo lugar para os colonos e para as cidades que estes estavam edificando pela costa.

Este Brasil urbano e litorâneo construído nas páginas da literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII, isto é, este Brasil construído naquela “longa e monótona narrativa” que os visitantes legaram sobre a colônia, é um país de extremos. De um lado, alinha-se uma natureza exuberante e permanentemente verde, um clima quente, mas menos exigente do que o europeu, uma enorme fartura de água e, sobretudo, uma terra extremamente fértil e rica. Há exceções a este cenário de prosperidade? Certamente que há, mas são poucas e não introduzem grandes variações no quadro: uns disseram que o clima quente tornava a terra pouco agricultável, outros “notaram” que os mares tinham as “águas pouco salubres”, alguns reclamaram da alternância entre chuvas e calor, uns poucos lembraram das formigas – o inferno dos agricultores brasileiros –, e muitos temeram os animais e insetos “esquisitos” que havia na terra. Apesar, no entanto, de tais descontentes, o tom geral foi de exaltação: tratava-se realmente de uma terra bela e pródiga.

Do outro lado, porém, alinha-se a grande mácula deste Brasil construído pelos visi-

tantes estrangeiros, o colono. O raciocínio é simples: a terra, em se plantando, tudo dá; no entanto, a qualidade do colono é tal, que ela não rende nem a pálida sombra do que renderia – e progrediria – se estivesse nas mãos de um povo ordeiro e trabalhador. As razões para um aproveitamento tão medíocre de tamanho tesouro são várias. Aos olhos dos visitantes europeus, os colonos eram preguiçosos, ignorantes, carolas, ciumentos, desonestos e, sobretudo, excessivamente vaidosos e libidinosos. Isso quanto aos brancos, ou melhor, quanto àqueles que se passavam por brancos, pois havia ainda um toque a mais de barbárie no cotidiano da colônia: o enorme contingente de negros escravos, vindos da incivilizada África, que perambulavam pelas ruas das cidades brasileiras – cidades medíocres, com pouquíssimos atrativos, vale destacar.

Eis, em linhas muito gerais, um esboço do Brasil construído nas narrativas de viagem. Poderíamos mesmo dizer, eis um esboço do Brasil com o qual os europeus dos séculos XVI, XVII e XVIII tomaram contato. Afinal, como procurei demonstrar, as narrativas de viagem ocuparam um papel central na construção intelectual – filosófica, para usarmos uma expressão cara ao historiador mexicano Edmund O’Gorman – daqueles novos mundos que a expansão marítima integrava ao Velho Mundo. Em relação ao Brasil, tal assertiva é especialmente verdadeira, na medida em que – também o vimos – as imagens do país que circularam pela Europa durante

três séculos saíram quase exclusivamente das narrativas de viagem legadas por estrangeiros. O pouco que se registrou sobre o Brasil em língua portuguesa, tanto na metrópole como na colônia, quando chegou a ser impresso, mal circulou dentro das fronteiras do iletrado pequeno reino peninsular.

Dito em outras palavras, as narrativas de viagem – escritas por homens de países e grupos sociais variados, em estilo pouco cuidado e, na sua maioria, produzidas a partir de observações apressadas – criaram, praticamente sem qualquer concorrência, um vocabulário sobre o Brasil para os homens do Velho Mundo, vocabulário que apresentou poucas variações ao longo dos três séculos que se seguiram à viagem cabralina e que se nutriu, em larga medida, de repetições, de dar a conhecer o conhecido, de reiterar, com pequenas variações, os mesmos temas e os mesmos personagens. Não obstante esse gosto pelas repetições – a “pouca originalidade”, diríamos hoje –, tratou-se de um discurso com larga aceitação entre o público culto e que desfrutava, entre este mesmo público, do estatuto de um discurso verdadeiro, ainda que passível de dúvidas, críticas e contestações.

Este ensaio é uma versão resumida do meu livro *A construção do Brasil na literatura de viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: UNESP, 2012. 626 p.

N O T A S

1. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Relação do piloto anônimo. Introd. trad. e notas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 ago. 1999. Caderno Mais!, p. 5-10.
2. A autoria da *Relação...* é discutida, entre outros, por FRANÇA, Jean Marcel, op. cit., p. 5; GREENLEE, William Brooks. *The voyages of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India from contemporary documents and narratives*. Londres: Hakluyt Society, 1938.
3. Uma tradução cuidada e anotada da carta de Crético pode ser encontrada em AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 500: quarenta documentos*. Brasília; São Paulo: Editora da Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 175-184.
4. GRYNÆUS, Simon. *Novus orbis regionum*. Basiléia: Heruagium, 1532.
5. Para uma descrição da obra de Ramusio, sobretudo da parte referente ao Brasil, ver MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia brasileira*. Rio de Janeiro: Colibris, 1958, v. II, p. 698-699.
6. STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
7. A bibliografia referente à França Antártica, aos seus personagens e às obras derivadas desta infrutífera experiência colonizadora francesa é bastante ampla e variada. Recomendo, especialmente, os livros dos pesquisadores Frank Lestringant e Vasco Mariz, e também BONNICHON, Philippe. *Des cannibales aux castors: les découvertes françaises de l'Amérique (1503-1788)*. Paris: Édition France-Empire, 1994; JULIEN, Ch. André. *Les Français en Amérique pendant la première moitié du XVIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1946; GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au XVIe siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878; HEULHARD, Arthur. *Villegaignon, roi d'Amérique: Un homme de mer au XVIe siècle*. Paris: E. Leroux, 1897; PEILLARD, Leonce. *Villegaignon, Vice-amiral de Bretagne et Vice-roi du Brésil*. Paris: Perrin, 1991.
8. GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 37-40.
9. O "descuido" dos portugueses com a "escritura", um tópico dos letrados da época, é mencionado também por João de Barros, no Prólogo da sua *Ásia*: BARROS, João de. *Ásia*: primeira década. 4. ed. Revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.
10. CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1979, p. 73.
11. ALMEIDA, M. Lopes de. Introdução. In: CASTANHEDA, Fernão Lopes de, op. cit., p. 74.
12. BARROS, João de, op. cit., p. 174. Sobre o cronista João de Barros, ver BOXER, Charles Ralph. *João de Barros*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1980.
13. HUE, Sheila Moura. *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
14. FONSECA, Luiz da. *Lettres du Japon, Peru et Brésil envoyées au R. P. General de la Société de Jesus*. Paris: Thomas Brumen, 1578.
15. GALVÃO, António. *Tratado dos descobrimentos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1987.
16. GÓIS, Damião de. *Crónica do felicíssimo rei d. Manuel*. Parte I, capítulos 54 a 57. Nova edição, conforme a primeira, anotada e prefaciada por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 115-126.
17. Utilizamos a edição portuguesa: OSÓRIO, Jerónimo. *Da vida e feitos d'El rei d. Manoel*: livros dedicados ao cardeal d. Henrique, seu filho, por Jerónimo Osório. Vertidos em português pelo padre Francisco Manoel do Nascimento. Lisboa: Imprensa Régia, 1804-1806, 3 v.
18. GÂNDAVO, Pero de Magalhães de, op. cit., p. 37.
19. Acerca de Gândavo e seu livro, ver GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil*. Lisboa: Veja, 1989; COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses, e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1998; HUE, Sheila Moura. Introdução. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de, op. cit., p. 11-25; RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: historiografia colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 425-433; ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. Para uma breve história dos livros e da tipografia em Portugal, ver: DESLANDES, Venâncio (org.). *Documentos para a história da tipografia*

- portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Introdução de Artur Anselmo. Lisboa: Imp. Nacional; Casa da Moeda, 1988; RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946, p. 73-140; MATOS, Manuel Cadafaz de. *Livros e utensilagem tipográfica na carreira da Índia: séculos XV e XVI*. Lisboa: Távola Redonda, 1990.
20. ANDRADE, António A. Banha de. *Mundos novos do mundo: panorama da difusão pela Europa das notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972, 2 v.; CARVALHO, Joaquim Barradas de. *A literatura de viagens portuguesa (séc. XV, XVI, XVII)*. *Separata da Revista de História*, São Paulo, n. 81, 1970.
 21. A listagem dos livros escritos no Brasil – publicados ou não –, durante o período colonial, pode ser encontrada em RIZZINI, Carlos, op. cit., p. 141-160 e p. 221-258; MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia brasileira do período colonial: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: IEB, 1969.
 22. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia e textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: Eduerj; José Olympio, 1999, p. 189.
 23. Há muitos e excelentes títulos disponíveis sobre o tema, especialmente CHINARD, Gilbert. *La Littérature comparée et l'histoire des idées dans l'étude des relations franco-américaines*. Chapel Hill: North Carolina, 1959; CHINARD, Gilbert. *L'Amérique et le rêve exotique dans la littérature française au XVIIe et XVIIIe siècle*. Paris: E. Droz, 1934; CHINARD, Gilbert. *L'exotisme américain dans la littérature française au XVIe siècle*. Paris: Hachette, 1911; ARCINIEGAS, Germán. *América en Europa*. Bogotá, Colombia: Plaza & Janes, 1980; ATKINSON, Geoffroy. *Les Relations des Voyages du XVIIe siècle et l'évolution des idées*. Paris: E. Champion, 1924; BRANDON, William. *New worlds for old: reports from the New World and their effect on the development of social thought in Europe (1500-1800)*. Athens: Ohio University Press, 1986; CHIAPELLI, Fredi (ed.). *First Images of America: The impact of the New World on the Old*. Berkeley: University of California Press, 1976, 2 v.; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000; PADGEN, Anthony. *Europeans Encounters with the New World: From Renaissance to Romanticism*. New Haven; London: Yale University Press, 1993; ZAVALA, Silvio Arturo. *América en el espíritu francés del siglo XVIII*. México: El Colegio Nacional, 1949.

R E S U M O

Este ensaio oferece uma breve descrição do processo de construção de um vocabulário sobre o Brasil e sobre os brasileiros na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII, com base em narrativas de viagem, nos relatos daqueles estrangeiros que passaram pelo país, registraram suas impressões e as publicaram ao retornarem ao Velho Mundo, dando a conhecer aos seus contemporâneos e conterrâneos, o que supostamente tinham aqui visto com os “olhos da própria cara”.

Palavras-chave: narrativas de viagem; imagens do Brasil; perspectivas do Brasil.

A B S T R A C T

This essay offers a brief description of the process of building a vocabulary of about Brazil and Brazilians in Europe of the sixteenth, seventeenth and eighteenth centuries, based on the narratives of travel, the accounts of those foreigners who visited the country, recorded their impressions and published them to return to the Old World, making known to his contemporaries and countrymen who had supposedly seen here with the “eyes of the face”.

Keywords: narratives of travel; pictures from Brazil; perspective from Brazil.

R E S U M É N

El ensayo ofrece una breve descripción del proceso de construcción de un vocabulario sobre Brasil y sobre los brasileños en Europa de los siglos XVI, XVII y XVIII, con base en narrativas de viaje, esto es, en los relatos de aquellos extranjeros que pasaron por el país, registraron sus impresiones y las publicaron cuando volvieron al Viejo Mundo, dando a conocer a sus contemporáneos y conterrâneos, lo que supuestamente tenían aquí visto con los “ojos de la propia cara”.

Palabras clave: narrativas de viaje; imágenes de Brasil; perspectivas de Brasil.